

Governador de SC pede que STF suspenda processo de impeachment

19/10/2020

O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), pediu que o Supremo Tribunal Federal suspenda temporariamente processo de impeachment que corre contra ele e sua vice, Daniela Reinehr (sem partido), na Assembleia Legislativa do estado. A votação do impedimento está marcada para acontecer nesta terça-feira (20/10).

Reprodução/Governo de SC



Carlos Moisés pediu que Gilmar Mendes suspenda processo de impeachment
Reprodução/Governo de SC

O impeachment foi aberto depois que a Secretaria de Estado da Saúde pagou antecipadamente pela compra de 200 respiradores, sem fazer qualquer exigência de garantia contratual. Os equipamentos foram adquiridos por preço superior ao de mercado.

O Ministério Público Federal diz que o governador sabia da compra. Os advogados negam e afirmam que há apenas indícios frágeis apontando seu suposto envolvimento. Isso porque no material probatório constam mensagens trocadas entre outros investigados, que mencionam o nome do político.

Ocorre que parte do material colhido durante operações de busca e apreensão foi considerado nulo pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. A decisão diz respeito à apreensão do celular de um advogado investigado.

A defesa do governador diz que o processo de impeachment deve ser suspenso até que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina inabilite as provas consideradas ilegais por Gilmar.

"Tanto a denúncia legislativa quanto o parecer da Comissão Especial parlamentar se valem de elementos de prova que, em sua substância, foram obtidos a partir do cumprimento de ordens judiciais de busca e apreensão reputadas ilegais, motivo pelo qual, como consectário lógico e formal, faz-se necessário o sobrestamento do processo de impeachment", diz a peça encaminhada ao STF.

Arquivamento

Na última terça-feira (13/10), a defesa do governador já havia ingressado com [pedido no STJ](#), pleiteando o arquivamento



das investigações que apuram a participação do político na compra dos respiradores.

A solicitação foi feita no curso de um inquérito apresentado ao STJ pelo Ministério Público Federal a partir de investigações conduzidas pelo Ministério Público de SC, Polícia Civil e Tribunal de Contas.

Os advogados dizem que um dos relatórios do MP-SC aponta que o governador apagou conversas com um dos arrolados no caso — o mesmo que foi alvo da operação de busca agora considerada nula.

O número de telefone apresentado pelo MP, no entanto, não é do governador, mas de um grupo de *WhatsApp* criado para que cidadãos consigam se comunicar com Moisés.

"De maneira irresponsável, a força-tarefa sugere que as conversas foram deletadas porque o relatório de evidências demonstra a ausência de mensagens entre os interlocutores. Não satisfeito, o relatório denomina a imagem obtida a partir do software de extração de dados como sendo a 'colagem da conversa'", diz a petição.

Estopim

O estopim para as acusações sobre a compra dos respiradores foi uma reportagem do site *The Intercept Brasil*, publicada em 28 de abril. O texto narra que a Secretaria de Saúde gastou R\$ 165 mil por respirador, enquanto os demais estados gastaram entre R\$ 60 mil e R\$ 100 mil pela unidade do equipamento. O valor da compra foi de R\$ 33 milhões.

A empresa contratada foi a Veigamed, que não tem histórico de vender este tipo de aparelho. A companhia é especializada em produtos hospitalares como gaze e mobília, não fazendo referência aos respiradores em seu site.

A defesa diz que Moisés ficou sabendo da compra em 22 de abril, dias antes da publicação do *Intercept*, e que o político teria pedido, na mesma data, que seu chefe de gabinete informasse a Polícia Civil sobre o fato.

HC 190.948

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-out-19/governador-sc-stf-suspenda-processo-impeachment-2/>